



Nordeste e nordestino: efeitos de sentido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Brazilian Northeast and people Brazilian from Northeast: effects of meaning in National High School Exam

DOI: 10.20396/lil.v25i50.8670734

Rogério Modesto¹
UESC

Alan Lobo de Souza²
UESPI

Anderson Lins³
UESC

Resumo

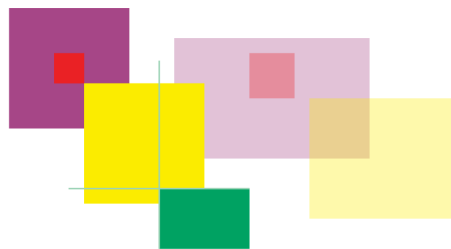
Em nossa proposta, analisamos como compõem discursivamente significados o "Nordeste" e o "nordestino" nas provas de Língua Portuguesa que compõem a área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio. Tratamos o ENEM como um instrumento linguístico e perguntamo-nos pelos sentidos de Nordeste e nordestino formulados e postos em circulação nesse material, com vistas a compreender o funcionamento do imaginário sobre o Nordeste/nordestino e suas relações com a língua e o funcionamento linguístico e discursivo.

Palavras-chave: ENEM, Nordeste brasileiro, nordestino.

1 Professor Efetivo da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, onde atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações. Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com estágio doutoral na École Normale Supérieure de Lyon. E-mail: roger.luid@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4517176127497696>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3762-3431>

2 Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), onde atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e cultura. Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com estágio doutoral na Université Paris IV (Paris Sorbonne). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3097719935567133>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6037-2728>. E-mail: alan.lobo@prp.uespi.br

3 Professor Efetivo da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. E-mail: alrodrigues@uesc.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0374467335068310>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6619-9321>



Abstract

In our proposal, we analyze how the meanings of "brazilian Northeast" and "brazilian from northeast" appear in Portuguese language tests that make up the area Languages, Codes and their Technologies of National High School Exam. We treat this exam as a linguistic instrument and we ask ourselves about the meanings of Northeast and people from northeast formulated and put into circulation in this material, with a view to understanding the functioning of the imaginary about the Northeast/people from northeast and its relations with language and linguistic and discursive functioning.

Keywords: National High School Exam, brazilian northeast, brazilian from northeast.

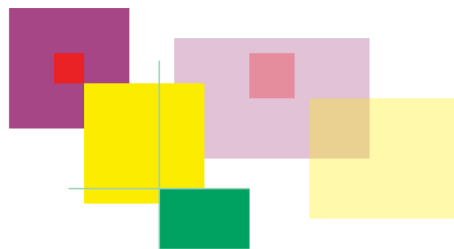
1. Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é considerado o maior instrumento de avaliação para o ingresso de estudantes no Ensino Superior do Brasil, desde sua implementação em 1998⁴. Por essa razão, esse exame representa um significativo ponto de mudança social na vida de adolescentes, jovens e adultos brasileiros, tendo em vista que, além de possibilitar o ingresso em instituições públicas, o ENEM também garante a permanência de estudantes em universidades particulares, através de bolsas de estudo integrais e parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni)⁵.

A língua portuguesa tem seu espaço reservado neste exame nacional, sendo o carro-chefe da área de conhecimento designada por *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, da qual também fazem parte as línguas estrangeiras (inglês e espanhol). Com base nas competências exigidas para as provas, estabelecidas pela Matriz de Referência para o

4 Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enem/historico>>. Acesso em 29 jun. 2022.

5 O Programa Universidade Para Todos tem o objetivo de ofertar bolsas de estudo, integrais e parciais, em cursos de graduação em instituições de educação superior privadas. Consoante o Ministério da Educação, o público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior, além de professor de escola pública que passaram a poder concorrer às bolsas mesmo já tendo uma graduação, de acordo com uma medida provisória de 2021. Disponível em: <<https://acessounico.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em 30 jun. 2022.



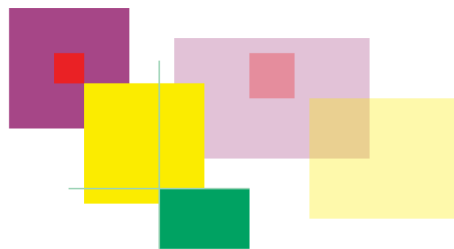
ENEM⁶, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2009, espera-se que as provas de língua portuguesa que compõem a área supracitada tragam questões contemporâneas que digam respeito à sociedade, à identidade e à diversidade nacional, bem como questões que digam respeito à cultura e à história que sejam pertinentes à avaliação de saberes sobre a língua portuguesa do Brasil.

Em nosso artigo, entendendo o ENEM como um instrumento linguístico, tal como desenvolveremos mais à frente, buscamos compreender como o elemento regional, marcado pela identidade nordestina, comparece como um desses temas sociais que produzem sentido nas provas citadas, sendo posto em relação, dentro deste exame nacional, entre apagamentos e resistências, como aspecto passível de jogo e interpretação na mobilização dos saberes sobre a língua portuguesa. Assim, nosso trabalho tem por principal objetivo identificar, descrever e analisar os processos de significação que põem em funcionamento sentidos de/sobre o Nordeste e o nordestino nas provas de língua portuguesa selecionadas da área de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* do ENEM. Para executar esse objetivo, perguntamos: de que forma os discursos sobre o nordeste e o nordestino comparecem nas provas de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* do ENEM? Concentramo-nos nas provas que vão de 2009, ano de acontecimento do "Novo ENEM"⁷, até 2019, perfazendo, assim, um total de dez anos.

O desejo de analisar a prova do ENEM surge no momento em que avaliamos o exame como um instrumento de avaliação sedimentado no Brasil, após mais de duas décadas de realização. O ENEM é, atualmente, um instrumento de dupla função e duplo objetivo: não apenas certifica a conclusão do processo de escolarização da educação básica e avalia o desempenho do recém-formado, mas também seleciona os alunos habilitados a ingressar no ensino superior no Brasil. É, portanto, um material que faz circular discursos, saberes que põem em jogo a transparência da língua, o que nos leva a analisar o funcionamento da evidência e o do imaginário.

6 Documento instituído pelo MEC com o propósito de orientar a política de constituição/formulação das questões do exame. A partir de 2009, com o lançamento dessa Matriz de Referência, há o ato inaugural do novo ENEM.

7 A partir de 2009, as provas do ENEM passaram por um profundo processo de reformulação, tutelado por Fernando Haddad, então ministro da educação do governo Lula, fazendo com que o exame se tornasse o principal meio de entrada nas instituições federais. É nesse momento que o ENEM aumentou o número de questões de 63 para 180, incluindo também a redação, passando, por isso, a ser aplicado em dois dias (sábado e domingo).



2. O ENEM como política nacional

Em meados da década de 1990, o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico. Essas condições tangenciam a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão de obra necessária ao novo mercado de trabalho. É nesse cenário que vemos surgir o desenvolvimento de políticas de Estado para a educação do país e, dentre elas, está o ENEM.

Nesse contexto político de atuação do Estado, é possível considerar o ENEM como resultado da “(re)adequação” de um país cada vez mais urbanizado e em vias de se adequar aos imperativos do cenário mundial globalizado. Entre outros aspectos, esses imperativos exigiam uma sociedade organizada em torno da informação e da tecnologia e que, dessa forma, pudesse enfrentar – por meio da universalização da educação – o analfabetismo, a gritante desigualdade social e o desemprego.

A atuação do Estado na constituição de políticas educacionais, sejam elas de avaliação e/ou de ensino, acontece por meio de diretrizes e documentos oficiais, como a Matriz de Referência do ENEM. Esses documentos funcionam na sociedade como um tipo de currículo, na medida em que propõem abordagens educacionais que orientam a prática escolar e docente por meio da difusão de conhecimentos e saberes constituídos muito fortemente pela ideologia dominante, ainda que esta não contorne o espaço da contradição com as ideologias dominadas. Essa conjuntura político-social, inevitavelmente, fortalece o controle do Estado na e para a educação e, nessa discussão, lançamos olhar, sobretudo, para a educação linguística.

Consideramos que o contexto histórico-social a partir do qual emerge o ENEM está circunscrito a um conjunto maior de procedimentos e políticas de Estado que, entre outras questões, postulam a regulação educacional e a difusão de representações, de imaginários e posições discursivas⁸. Nesse aspecto, é válido destacar que o Estado, por meio de

8 Em Neves (2000) é possível encontrar, por exemplo, um estudo sequencial do alinhamento dos PCN's, seu surgimento e interesse governamental, com as propostas dos órgãos internacionais, como a UNESCO. Segundo Neves, esse interesse do Ministério da Educação do Brasil teve início durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação no ano de 1990.



documentos oficiais, parâmetros e da Matriz de Referência do ENEM, direciona políticas educacionais para o país.

No caso do ENEM, para formulação das questões, os examinadores tomam por base o desenvolvimento dos “eixos cognitivos” e de competências e habilidades para cada área de conhecimento. Sobre a metodologia de avaliação do exame, observamos que se baseia, entre outras coisas, na propositura de situações-problema sobre as quais os candidatos devem se debruçar a fim de resolvê-las.

Compreendemos que a área de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* abrange as produções sociais que se estruturam mediadas por códigos – passíveis de representações sociais –, como a linguagem musical, das artes plásticas, entre outras. É nesta área, portanto, que se situam as questões sobre língua portuguesa do exame. Vale ressaltar que 9 competências e 30 habilidades orientam a elaboração das 45 questões sobre linguagem, conforme descrito na Matriz de Referência do exame.

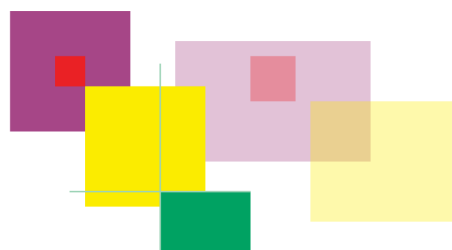
Selecionamos, a seguir, as três habilidades da competência de área 08. Esse recorte se deve ao fato de que o ENEM, por meio dessa área, se propõe a abordar a língua sob a ótica da heterogeneidade, enfatizando a necessidade de compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. Vejamos:

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, **as marcas linguísticas** que singularizam **as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro**.

H26 - Relacionar **as variedades linguísticas a situações específicas de uso social**.

H27 - Reconhecer **os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação**. (BRASIL, 2009, p. 04, grifos nossos).

Pela leitura inicial dessas três habilidades, analisamos que a Matriz de Referência 2009 do ENEM encena uma imagem de uma língua heterogênea. Na H25, por exemplo, há a defesa de que a língua pode se manifestar em textos de diferentes gêneros, o que nos leva a



afirmar que aqui está a sinalização para a abordagem da língua a partir de gêneros textuais diversos que, por sua vez, materializam marcas que singularizam variedades linguísticas – sociais, regionais (o que coloca, para nós, a questão do nordeste e do nordestino como passível de jogo) e de registro.

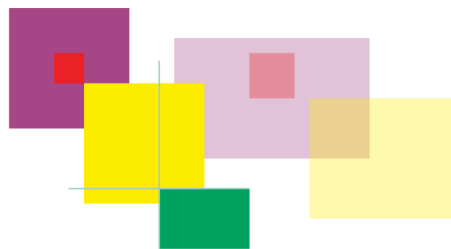
A H26 confirma e amplia esse entendimento, visto que expressa uma relação entre “variedades linguísticas” e situações de “uso social”. Esses trechos aspeados tangenciam uma filiação teórica a perspectivas heterogêneas da/sobre a língua, ao mesmo tempo em que evocam o imaginário de uma língua passível a adaptações e mudanças.

A H27, por sua vez, menciona o reconhecimento da “norma padrão” em diferentes situações de comunicação. Podemos, na esteira dessa articulação materializada na H27, ponderar que a língua varia, adequa-se a determinadas situações de comunicação em que se faz necessário o uso da norma padrão da língua portuguesa.

Propomos, a partir dessa discussão, pensar o ENEM como um instrumento linguístico do Estado, que, também por intermédio desse exame, reclama, para si, a questão da língua nacional. De acordo com esse raciocínio, o Estado, por meio do ENEM, trama uma política de significação para a/da língua, o que, por sua vez, constituirá efeitos de sentidos sobre saber/não-saber a língua. Nesse contexto, entra em cena o saber científico da Linguística para justificar a discursividade estatal sobre o que e como ensinar língua e, decorrente dessa relação, o que e como avaliar o conhecimento linguístico. Em outras palavras, o Estado constitui “sua” discursividade ou “seu” imaginário sobre a língua na medida em que se articula com o discurso da Linguística, tensionando o ponto de vista das teorias linguísticas numa relação de representação, legitimação e institucionalização (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007). Esses “conteúdos”, uma vez legitimados, são postos em circulação no ENEM a partir da materialização de saberes sobre a história, a cultura, a identidade nacional etc., de modo que saber sobre a língua é também saber sobre o social.

2.1 O ENEM como instrumento linguístico

Falar em instrumento linguístico requer mobilizar o conceito de gramatização. Segundo Aurox (2009), a gramatização é o conceito a partir do qual é possível refletir acerca do processo que conduz a descrição e a instrumentalização de uma língua tendo como base os instrumentos linguísticos. Esses instrumentos linguísticos são também considerados



“tecnologias” de colonização, em razão do papel que desempenharam na história da colonização ocidental (AUROUX, 2008, 2009). Nesse contexto, tais instrumentos foram fundamentais para gramatizar a língua, descrevendo-a através de certa visão, em geral, prescritiva, normativa, colonial e nacionalista. Além disso, os instrumentos tornaram-se objetos a partir dos quais a língua se encontraria disponível para que pudesse ser ensinada e para que pudesse ser aprendida, tendo sempre os interesses das classes dominantes como suporte.

Os instrumentos e tecnologias linguísticas, assim, devem ser compreendidos como objetos discursivos que visam a, entre outras funções, descrever o recorte dominante de uma língua em dada conjuntura histórica e a instrumentalizar essa língua descrita, a fim de que seja possível dela fazer uso, seja para o ensino-aprendizagem, seja para qualquer outro uso político e social. Nessa conjuntura, Auroux (2009) argumenta em torno do papel das gramáticas e dicionários como instrumentos linguísticos ligados à revolução tecnológica proporcionada pela criação da imprensa e postos em funcionamento para dar conta do propósito da gramatização.

No contexto brasileiro do programa da História das Ideias Linguísticas (GUIMARÃES, ORLANDI, 1996; PFEIFFER, 2001; ORLANDI, 2002; FERREIRA, 2018, entre outros), porém, considera-se que a gramatização das línguas passa pelo desenvolvimento histórico-político das formas discursivas de controle das normas linguísticas. Desse modo, não apenas gramáticas e dicionários são considerados instrumentos linguísticos de gramatização, mas, também, documentos históricos e políticos sobre a língua, políticas linguísticas, manuais didáticos, livros didáticos, cartilhas, exames nacionais, vestibulares, provas de proficiência linguística, programas, redes sociais, aplicativos tecnológicos, plataformas colaborativas entre outros instrumentos a partir dos quais seja possível operar ou verificar total ou parcialmente traços da gramatização.

Essa compreensão se dá, porque, conforme salienta Zoppi-Fontana (2009), "um processo de gramatização deve ser compreendido como um processo de instrumentação da língua". Na história do saber metalinguístico do Brasil, Guimarães (2004) descreve uma trajetória que perpassa diferentes momentos de produção linguística, marcando, especialmente, um início que se caracteriza pela ausência de uma produção nacional de saber metalinguístico até a institucionalização desse saber como disciplina nas universidades brasileiras. Além disso, suas formulações dão conta da relação estreita entre a produção do



conhecimento (e de instrumentos linguísticos) com os processos políticos e culturais que singularizam o Brasil em relação a Portugal, por exemplo.

Esse movimento de singularização demanda, conforme Zoppi-Fontana (2009, p. 18), a tomada de uma posição de autoria ocupada pelo brasileiro "a partir de sua identificação com os lugares de enunciação do legislador, do gramático, do linguista, do professor de língua e do falante comum" que acontece com os deslocamentos e mudanças das condições de enunciação do e no Brasil.

Tendo em vista a discussão que empreendemos anteriormente acerca do ENEM como política nacional, parece-nos pertinente dizer que o exame é também um instrumento linguístico que irrompe nesse momento de produção linguística do Brasil em direção a uma urbanização generalizada que não se faz sem um processo profundo e vertical de produção de um sujeito escolarizado (SILVA, 2018). Consideramos, assim, que, diante de realidade globalizada e mundializada em que o Brasil busca constantemente afirmação, "é preciso conceber [...] outras formas materiais de objetificação da língua como instrumentos linguísticos" (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 24), na medida em que, para além das gramáticas e dos dicionários, essas outras formas materiais constituem-se objetos simbólicos que intervêm efetivamente na constituição e legitimação de uma posição de autoria em relação à língua (português brasileiro) que, por sua vez, acompanha o processo de constituição da cidadania.

Nessa encruzilhada em que o ENEM funciona como instrumento linguístico que, como vimos, encena imagens de uma língua portuguesa heterogênea, a qual, por sua vez, contraditoriamente, deve ser conhecida em sua diferença e integralidade, perguntamo-nos como a identidade nacional comparece nessa trama e, mais pontualmente, como o nordeste o nordestino produzem sentido quando tomados pela narrativa sobre a língua que o exame busca contar.

3. A invenção do Nordeste e do nordestino

"Mas você não parece nordestino". A frase descrita pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em "A invenção do nordeste e outras artes", obra resumida de sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 1994, produz perguntas como "O que caracteriza um nordestino?" ou "O que caracteriza o Nordeste?". Dúvidas que supõem um interesse pela



"genealogia do nordeste/nordestino", como o faz o próprio historiador ao buscar a "emergência do nordeste" que, segundo suas pesquisas, não existia até meados da década de 1910. Até aquele momento, Margareth Rago, no prefácio da obra de Albuquerque Júnior, assevera que "ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada." (RAGO *apud* ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 09).

Distante de procedermos com uma investigação genealógica, o nosso gesto de análise sobre o Nordeste/nordestino está centrado na questão da memória que torna possível a opacidade em torno desses significantes. Pêcheux (1999) nos diz que a memória não pode ser concebida como um reservatório, mas como um espaço de disjunção, regularidades formuladas pelo conflito, não por uma aparência logicamente estável. Com efeito, é o espaço do não estabilizado que nos interessa. Afinal, não por acaso, os efeitos de sentido produzidos sobre o Nordeste/nordestino são constituídos através de configurações simbólicas, por meio de "verdades" formuladas e circuladas no imaginário social. Esse efeito de verdade pode ser explicado pelos trabalhos que tratam da estereotipia.

Em um capítulo destinado à discussão das relações que a AD mantém com a noção de estereótipo, Amossy e Herschberg Pierrot (2001) observam que a palavra "estereótipo" é introduzida por Walter Lippman na obra *Opinião Pública* de 1922 e, ao longo dos anos, será redefinida por diferentes disciplinas (psicologia social, ciências sociais, literatura etc.):

Las ciencias sociales estudian al estereotipo en términos de representación y de creencias colectivas. Los estudios literarios, por su parte, toman en cuenta la dimensión estética, tanto como la social, de las figuras y los esquemas cristalizados. En cuanto a las ciencias del lenguaje, hacen de los estereotipos y los topoi elementos de construcción del sentido. (AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT, 2001, p. 123)

Apesar de sublinharem que alguns pressupostos teóricos da AD se relacionam com a estereotipia, Amossy e Herschberg Pierrot afirmam que a escola francesa pouco se interessou pela noção de estereótipo. Por outro lado, explicam que foram vários os estudos dedicados à reflexão sobre a estereotipia, centrados, sobretudo, no discurso político, o interesse central da escola francesa nas duas primeiras décadas: "En un primer momento, La Escuela francesa de análisis del discurso que se desarrolló en torno de M. Pêcheux, propuso una serie de estudios que fecundan la reflexión sobre la estereotipia" (AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT, 2001, p. 113).



As autoras destacam a noção de pré-construído, o modo como as construções sintáticas são atravessadas por construções anteriores, um elemento prévio da ordem do discurso, o que caracterizaria a relação entre a Língua e o que lhe é exterior. Uma relação que, em alguns casos, estaria associada ao funcionamento da estereotipia. Partiremos, contudo, da seguinte afirmação: “La retórica y el análisis del discurso, por su parte, ven en los estereotipos los esquemas implícitos o las evidencias compartidas que subyacen a una palabra situada”. (AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT, 2001, p. 123). Nessa perspectiva, o fenômeno da estereotipia é apresentado pela relação central que mantém com o implícito, em que o efeito de sentido estaria associado a “evidências subjacentes”. É, pois, o que a AD caracteriza como a relação do materialismo histórico com a língua. É aqui que o estereótipo ganha “corpo”, as significações são determinadas, particulares.

As designações Nordeste/nordestino que encontramos funcionam como um referente social compartilhado, recuperado, por sua vez, pelo interdiscurso, pelo conjunto de opiniões, saberes e crenças formadoras de dizeres sedimentados e sem um referente histórico aparentemente declarado. O estereótipo, como um objeto transversal, permite estudar “la relación de los discursos con los imaginarios sociales y, en términos más amplios, la relación entre el lenguaje y la sociedad.” (AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT, 2001, p. 11).

Admitiremos que a noção de estereótipo, observadas as diferentes perspectivas teóricas, resume a caracterização de uma *idée reçue*, um lugar-comum em que circulam imagens cristalizadas na sociedade, no imaginário coletivo. Esse funcionamento cristalizado põe em suspensão a opacidade do termo não só nas questões do ENEM como também nos discursos cotidianos sobre o Nordeste/nordestino. Afinal, nordeste é o local onde não faz frio, onde todos gostam de cuscuz, onde as relações sociais são cordiais etc.? Os dados, os relatos, as narrativas, não raramente, dirão que não, embora seja também fácil encontrar falas que endossam a afirmação em relação às questões levantadas. Esse funcionamento atravessa as ocorrências de nordeste/nordestino. É ciente do efeito de verdade que os significantes nordeste/nordestino operam no material analisado que propomos um gesto de análise.

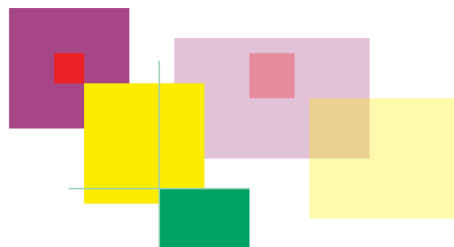


4. O Nordeste e o nordestino nas provas do ENEM

Em nosso gesto de análise, foi importante considerar os diferentes modos de textualização do Nordeste e do nordestino em funcionamento nas provas de língua portuguesa que constituíram a área de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* do ENEM no período por nós pesquisado. Esses diferentes modos de textualização colocaram para nós o primado da metáfora sobre o sentido, conforme nos diz Pêcheux (2010), porque outras predicções puseram em funcionamento sentidos de Nordeste e nordestino. Assim, como procedimento de análise, inicialmente buscamos as sequências discursivas em que os significantes "Nordeste" e "nordestino" estivessem presentes de modo explícito, mas foram as formas implícitas, metafóricas e, por vezes, atravessadas por silenciamentos que se mostraram mais abundantes. As duas formas permitiram, no entanto, de modos contraditórios e equívocos, a investigação das formas de comparecimento dos sentidos de Nordeste e nordestino nas provas do ENEM em sua relação com a língua portuguesa.

Em outras palavras, para além das questões em que apareciam "Nordeste" e "nordestino", foi preciso considerar outras especificidades que faziam comparecer sentidos de Nordeste e nordestino por diferentes relações de metáfora (dizer do Nordeste e do nordestino por outras expressões como o "sertanejo", o "povo sofrido", ou "onde não faz frio" etc. em que a estereotipia, como discutido anteriormente, se faz presente), bem como relações de metonímia (em que o Nordeste e o nordestino comparecem por sua relação com os estados, cidades ou etnônimos: baiano, pernambucano, paraibano, cearense etc.).

Em nosso gesto de análise, trazemos três questões das provas dos anos de 2009 e 2012 para a compreensão dos efeitos de sentido de Nordeste e nordestino no ENEM. Nas duas primeiras, os significantes "nordestinos" e "Nordeste" aparecem de modo explícito, funcionando sintaticamente como predicadores qualificadores que produzem, como efeito de sentido, uma ideia de pertencimento, isto é, aquilo que é pertinente ao Nordeste e ao nordestino. Na terceira, os sentidos de nordestino podem ser compreendidos por relações metafóricas, as quais, por sua vez, acionam a estereotipia pela associação que se faz entre o nordestino e o sertanejo e que está enlaçada especialmente pelo modo como essa figura representa um jeito peculiar de falar o português, caracterizando, assim, um tipo específico de regionalismo linguístico. O que as análises permitem compreender é que, como veremos adiante, o ENEM funciona como um instrumento linguístico em que há a circulação de



discursos que põem em jogo a transparência da língua, pela produção de evidências e reprodução do imaginário social nacional. Vejamos:

(1)

QUESTÃO 122



Capa do LP *Os Mutantes*, 1968.

Disponível em: <http://mutantes.com>. Acesso em: 28 fev. 2012.

A capa do LP *Os Mutantes*, de 1968, ilustra o movimento da contracultura. O desafio à tradição nessa criação musical é caracterizado por

- A letras e melodias com características amargas e depressivas.
- B arranjos baseados em ritmos e melodias **nordestinos**.
- C sonoridades experimentais e confluência de elementos populares e eruditos.
- D temas que refletem situações domésticas ligadas à tradição popular.
- E ritmos contidos e reservados em oposição aos modelos estrangeiros.

ENEM 2012

Na questão 122, da prova de Língua Portuguesa do ano de 2012, observamos que o significante “nordestinos” funciona na proposição como um qualificador: (1) “ritmos e melodias nordestinos”, bem como supõe-se o alcance histórico da associação entre “Os mutantes”, uma banda formada por paulistas, e o movimento de contracultura, uma manifestação artística que, entre outros objetivos, visava à valorização da cultura brasileira popular em meio a um cenário de ditadura militar.

Compreendemos, como discutimos anteriormente, que, assim como os dicionários e gramáticas, as avaliações do ENEM produzem o efeito de um saber metalinguístico em nossa língua. Na questão analisada, o exame institucionaliza um saber sobre o Nordeste (e o nordestino) como o lugar da (detentor de dada) musicalidade, da existência de ritmos próprios



da região e do seu povo – uma caracterização que os distinguiria dos demais brasileiros e região ao mesmo tempo em que, naquela época, representavam a cultura popular e o imaginário do “ser brasileiro”.

Essa contradição (ou composição contraditória) de uma representatividade de uma cultura de uma região, que é também uma cultura de uma nação, não produz o efeito de distinção entre “o Nordeste/nordestino” e “o brasileiro/o sulista” tão comum nas polêmicas que envolvem a temática. Ao contrário, na questão surge como uma suposta influência musical regional que assume contornos culturais nacionais. E isso se dá justamente pelo deslocamento ideológico que estava em vigor no final da década de 1960: o cenário de ditadura militar que erigia um discurso falacioso de unificação necessária do Brasil em oposição aos problemas políticos, ideológicos e militares vivenciados em outros países do continente e do mundo. Com isso, o efeito que o significante “nordestinos” produz em uma questão associada à musicalidade do álbum da banda “Os mutantes” – como já dito, uma banda composta por integrantes paulistas – está mais próximo do imaginário de “brasilidade” que do imaginário regionalista sobre o Nordeste/nordestino.

Funcionamento distinto ocorre na questão 120 do exame de 2009:

(2)

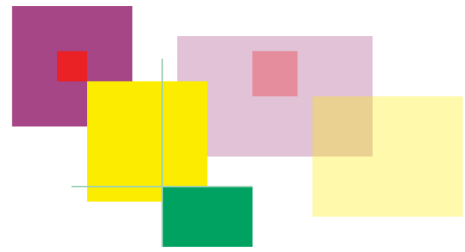
Questão 120

No decênio de 1870, Franklin Távora defendeu a tese de que no Brasil havia duas literaturas independentes dentro da mesma língua: uma do Norte e outra do Sul, regiões segundo ele muito diferentes por formação histórica, composição étnica, costumes, modismos linguísticos etc. Por isso, deu aos romances regionais que publicou o título geral de **Literatura do Norte**. Em nossos dias, um escritor gaúcho, Viana Moog, procurou mostrar com bastante engenho que no Brasil há, em verdade, literaturas setoriais diversas, refletindo as características locais.

CANDIDO, A. A nova narrativa. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2003.

- 9 o romance do Nordeste caracteriza-se pelo acentuado realismo no uso do vocabulário, pelo temário local, expressando a vida do homem em face da natureza agreste, e assume frequentemente o ponto de vista dos menos favorecidos.

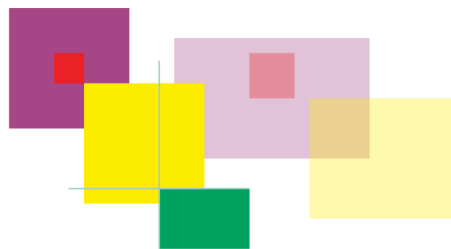
ENEM 2009



Em (2) “romance do Nordeste” há uma especificação, um efeito de pertencimento produzido tal qual ocorreu em (1) “ritmos e melodias nordestinos”. Entretanto, esse efeito só se sustenta em (2), na medida em que há uma relação desse sintagma com o restante da questão que não pode ser desconsiderada. Na proposição inicial da questão já há ênfase dada ao pensamento de Franklin Távora, sublinhando a distinção entre a literatura norte e sul em função das diferenças “por formação histórica, composição étnica, costumes, modismos linguísticos etc.”.

Associado a essas particularidades estão a própria descrição na proposição do romance nordestino sublinhando o vocabulário, o temário local, a natureza específica da região (o agreste), a alusão aos menos favorecidos. Tais características dão contornos específicos a (2). O “romance do Nordeste” aqui não pode ser confundido com o “romance do Sul”, por exemplo. Diferentemente de (1), não há o efeito metonímico em que Nordeste/nordestino representaria uma cultura popular nacional. Ao contrário, há distinção, na medida em que a memória histórica associada à região Nordeste é determinante para sustentar esse efeito. Imperam as relações de metáfora (o “dialeto do Nordeste”, “a vegetação do Nordeste”, o “nordestino pobre” etc.) nesse caso, como anunciamos no início desta seção. É um funcionamento formulado também pelo imaginário, pelo estereótipo.

Esses “índices de estereotipação da nordestinidade” são mobilizados em (3) viabilizando relações entre língua(gem), usos, sujeito e sociedade. Em nosso gesto analítico, compreendemos que a questão se forja pelo direcionamento para que o candidato considere a “*linguagem utilizada no poema*” a fim de, mais do que identificar ou marcar, *revelar* o “*eu lírico [...] como falante de uma variedade linguística específica*” e, portanto, falante de um grupo social:



(3)

Questão 4

*Iscute o que tô dizendo,
Seu dotô, seu coroné:
De fome tão padecendo
Meus fio e minha muié.
Sem briga, questão nem guerra,
Meça desta grande terra
Umás tarefa pra eu!
Tenha pena do agregado
Não me dêxe desertado*

PATATIVA DO ASSARÉ. A terra é naturá. In: *Cordéis e outros poemas*.
Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008 (fragmento).

A partir da análise da linguagem utilizada no poema, infere-se que o eu lírico revela-se como falante de uma variedade linguística específica. Esse falante, em seu grupo social, é identificado como um falante

- (A) escolarizado proveniente de uma metrópole.
- (B) sertanejo morador de uma área rural.
- (C) idoso que habita uma comunidade urbana.
- (D) escolarizado que habita uma comunidade do interior do país.
- (E) estrangeiro que imigrou para uma comunidade do sul do país.

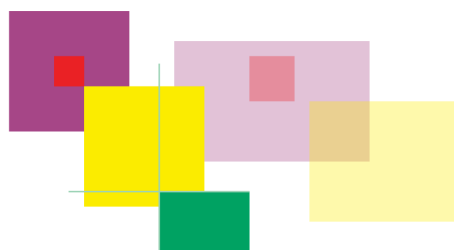
ENEM 2009 (prova cancelada)

Os índices nordestinizantes, os quais discutimos anteriormente, devem direcionar o olhar do leitor para que tenha condições de especificar quem é esse falante (eu lírico), como pode ser demarcado, identificado – via língua(gem) – em meio a tantos outros. Para tanto, o texto oferece marcas linguísticas que ajudariam a determinar que categorização pode ser atribuída a esse falante de uma variedade linguística *específica*.

Essas pistas linguísticas são termos que representam ou se aproximam da maneira como são faladas, tais como: “Iscute”, “tô”, “dotô”, “coroné”, “fio”, “muié”. Ou seja, há aqui uma reprodução (via escrita) da fala que performaria o estereótipo do sertanejo-nordestino. A relação oralidade/escrita é, pois, representada na questão em tela.

Ademais, é preciso enfatizar que, quando interpretamos, numa relação sinonímica, *sertanejo/nordestino*, o fazemos assim porque entendemos que, a despeito da ausência textual do significante Nordeste/nordestino, há um modo metafórico que faz funcionar uma memória de nordestinidade que se materializa, discursivamente, em *sertanejo*. Mais adiante, discutiremos com mais profundidade essa relação associativo-implícita quando tratarmos das alternativas incorretas ou dos distratores da referida questão.

Fizemos esse preâmbulo para, a partir de então, melhor analisarmos as relações e os efeitos de sentidos da língua inscritos na questão em pauta. Inicialmente, afirmamos que o



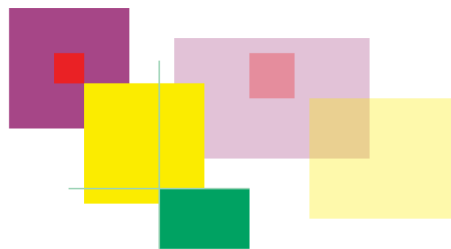
primeiro espaço de significação (o texto motivador dessa questão), por se tratar de um trecho de literatura de cordel, gênero que tem suas origens no Nordeste e, como podemos ler na questão, é de autoria de um expoente poeta cearense, abre possibilidades para mobilizar sentidos da língua a finalidades artístico-expressivas e, com isso, alargar os horizontes conceituais acerca da língua e dos seus usos. O texto, portanto, pode(ria) sinalizar para a perspectiva da heterogeneidade e da problematização dos efeitos de estereotipia.

Analisando, agora, o segundo espaço de significação (enunciado e o gabarito da questão), rastreamos marcas que sinalizam para efeitos de heterogeneidade. Expressões como: *“falante de uma variedade linguística específica”* e *“esse falante em seu grupo social...”* são pistas linguístico-discursivas que se filiam a sentidos heterogêneos de língua, de sujeitos falantes e de sociedade.

No entanto, ao tentar estruturar o enunciado em torno das concepções de língua/usos/sujeito/sociedade, o exame atua pautando-se em uma política de fechamento dos sentidos da/para a língua, uma vez que, na medida em que atrela os possíveis usos linguísticos (*variedade linguística específica*) a falantes específicos, pertencentes a determinados grupos sociais, há, contraditoriamente, um efeito de homogeneidade atravessando o discurso da heterogeneidade linguística, dos usos, dos sujeitos falantes e, com isso, atua-se na “formulação” de sentidos que compartimentalizam e codificam língua, usos e sujeitos.

Analisamos, então, um jogo entre sentidos heterogêneos e sentidos homogêneos constituindo o discurso de uma língua imaginária, engessada a formas e a falantes específicos. No caso, um *“sertanejo morador de uma área rural”* – possivelmente isolado e sem acesso à escolarização – seria o sujeito que teria condições de se expressar com incorreções e inobservâncias dos postulados “corretos” da língua (?). O percurso discursivo dessa questão movimenta gestos de interpretação que associam ou tratam, sinonimicamente, língua(gem) e “escrita”/convenções ortográficas e léxico-gramaticais. A língua(gem), então, estaria restrita ao espaço de conceituações previstas/homologadas nos/por sentidos homogeneizantes de língua e sujeitos falantes.

Em nosso gesto analítico, interpretamos que a situação-problema forjada pela questão pode(ria), como dissemos, mobilizar efeitos de sentidos de uma língua heterogênea, uma vez que se alicerça na complexidade que envolve a relação língua(gem)/usos/sujeitos – relação,



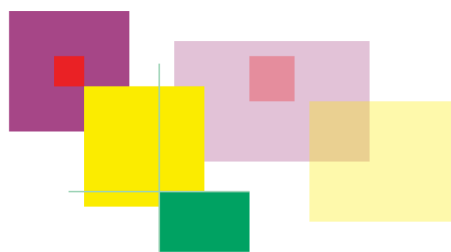
a propósito, “sugestionada” no segundo espaço de significação. Contudo, os sentidos resvalaram para efeitos de exclusão, oposição e homogeneização. Essa observação nos leva, inclusive, a entrever possibilidades de estabelecer relações de sentidos entre o imaginário tradicional de língua e preconceitos linguísticos, haja vista que o alcance da língua correta, pura, livre de deturpações apenas seria possível àqueles que não são sertanejos-nordestinos, não moram em uma área rural e não se enquadram na situação do eu lírico.

Nesse sentido, apenas um *sertanejo morador de uma área rural* pode revelar-se como um falante de expressões como “Iscute”, “dotô”, entre outras. Esse dito mobiliza efeitos de sentidos que também dizem, no contraponto com as demais alternativas, que outros sujeitos sociais estariam distantes ou excluídos de grupos sociais que se expressam oralmente por meio dessas expressões linguísticas. Muito a propósito, os distratores (as discursividades do erro) nos ensinam que esses sujeitos estariam relacionados a condições sociais e geográficas (não nordestinas/ não sertanejas) em que não há espaço para tais expressões orais, conforme vimos por meio da relação ou ausência de relação estabelecida entre língua oralizada e os prováveis falantes:

- (A) Escolarizado - proveniente de uma metrópole
- (B) Idoso - habitante de uma área rural
- (C) Escolarizado - habitante do interior
- (D) Estrangeiro - que imigrou para o sul do país.

Dessa forma, o ENEM, em todo o seu peso simbólico enquanto instrumento linguístico, vai estabelecendo uma relação de segregação entre os que sabem/dominam a língua isenta de expressões orais e aqueles a quem foi relegado o não-saber a língua. Aqui está posta, em um mesmo gesto, a segregação social do nordestino-sertanejo via segregação linguística.

A materialização dessa cisão é (im)posta na medida em que as alternativas singularizam determinadas marcas linguísticas a falantes específicos. Aos nordestinos-sertanejos, competem as expressões estigmatizadas. Ao passo que a isenção de tais manifestações linguísticas estaria fadada para (E), um estrangeiro que imigrou para a região Sul, para (A) e (D), sujeitos escolarizados – sejam eles provenientes de uma metrópole ou habitantes de *algum* interior, desde que não seja o do Nordeste. Em (C), há esse mesmo funcionamento da indeterminação, ou seja, não há especificação regional para a área rural



onde habitaria o suposto idoso (que não é sertanejo-nordestino) de quem poderíamos escutar aqueles registros linguísticos (“Iscute”, “dotô”, “coroné” etc.).

Essas dicotomias são reforçadas quando analisamos que alguns distratores tratam a oralidade como uma variante com fins anedóticos, exóticos e diretamente atrelada a falantes específicos que, via de regra, são desprovidos de escolaridade. Essa perspectiva estanque dá concretude material a gestos de interpretação *unitários* sobre a língua que relacionam a oralidade, o estigma do desprestígio que incide sobre grupos sociais “específicos” (o sertanejo-nordestino) e o não-saber a língua, como também indicia Nordeste/nordestino como um “produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio de funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 31).

Esses efeitos de evidência são sustentados à medida que o discurso normativo-dominante que constitui e forja o ENEM atua na produção de um real natural-social-homogêneo, que, entre outras coisas, sustenta condições para o funcionamento de formações imaginárias que tentam controlar/regular a língua e(m) um imaginário aferrado a uma representação estereotipante de nordestinidade.

Como fecho para essa discussão, insistimos na defesa de que Nordeste/nordestino não é tão-somente “uma delimitação natural fornecida pela geografia física, nem uma essência cultural definida pela geografia humana, mas uma construção, resultado de interesses diversos que disputam e tecem alianças entre si” (SANTOS, 2016, p. 140). O ENEM, funcionando como um instrumento linguístico, é participa dessa construção reforçando (ou refutando) determinados sentidos que se gramatizam nesse instrumento.

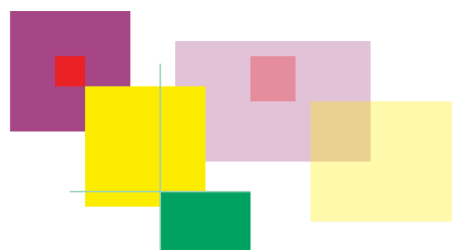
Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011

AMOSSY, Ruth; HERSCHBERG PIERROT, Anne. **Estereótipos y clichés**. Editora Universitária de Buenos Aires, 2001.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, Editora Unicamp, 2009.



BRASIL. **ENEM**: documento básico. Brasília: MEC/INEP, 1998.

BRASIL. **ENEM**: fundamentação teórico-metodológico. Brasília: MEC/INEP, 2005.

FERREIRA, Ana Cláudia F. **A Análise de discurso e a constituição de uma história das ideias linguísticas do Brasil**. Fragmentum, n. Especial, Jul./Dez, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179219436580>

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

INDURSKY, Freda. **A construção metafórica do povo brasileiro**. Revista Organon, v. 9, n. 23, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.29368>.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na Linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni P. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

NEVES, Joana. Entre o criticado e o legitimado: ANPUH, AGB e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: DIAS, Margarida (org.). **Contra o Consenso**: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino. João Pessoa: Sal da Terra, 2000. p. 73-81.

NUNES, José Horta. **Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas**. In: Revista Letras, n. 37, 2008. p. 107-124. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511982>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PFEIFFER, Cláudia. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: **História das ideias linguísticas no Brasil**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2001. p. 167- 183.

SANTOS, Josefa Maria. A revista Veja e as estratégias discursivas de categorização do nordestino em períodos eleitorais. In: **Anais eletrônicos da XXVI Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste**. Recife: Pipa comunicação, 2016.

SILVA, Mariza Vieira. O sujeito urbano escolarizado e as políticas de língua(s): de pobre a excluído. In: **Investigações**, v. 31, n. 2, 2018. p. 248-263.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela (org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, 2009.